

**SOBRE A INTENCIONALIDADE DO GOVERNO VARGAS NO  
PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO DA DÉCADA DE 30.**  
**Uma análise das modificações institucionais induzidas pelo governo, no âmbito das  
instituições de financiamento.**

Lucas Di Candia<sup>1</sup>

## **Resumo**

A ideia central do presente artigo consiste em contribuir com a discussão a respeito da consciência ou não do governo Vargas ao longo do processo de forte crescimento industrial ao longo da década de 30. Mais especificamente, o que se busca é fazer uma investigação mais aprofundada acerca do aparato institucional – sobretudo no que toca ao sistema de financiamento – que estava posto à época, tentando entender até que ponto o governo diretamente influenciou na modificação desta institucionalidade, com o intuito específico de fomentar o desenvolvimento industrial. Isto nos forneceria um indicativo bastante claro da intencionalidade ou não do governo Vargas no forte processo de industrialização do período de 1931-1940.

## **Palavras-chave**

Intencionalidade; industrialização; institucionalidade; sistema financeiro; I governo Vargas

## **Abstract**

The central idea of this article is to contribute to the discussion of consciousness or not Vargas Government throughout the industrialization process throughout the 30's. More specifically, the goal is to make an investigation about the institutional apparatus – especially when it comes to financing system – that existed at the time, trying to understand the extent to which the Government directly influenced in modification of this institutionality, with the aim of promoting the specific industrial development. This would provide a clear indication of the intent of Government Vargas in the intense industrialization process of the 1931-1940 period.

## **Key-words**

Intentionality; industrialization; institutionality; financial system; I Vargas Government.

*Área ANPEC: Área 3 – História Econômica*

*Classificação JEL: N16*

---

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando em Economia pelo PPGE-UFF.

## 1. INTRODUÇÃO

No estudo da história econômica brasileira, atribui-se a Celso Furtado (particularmente em *Formação Econômica do Brasil*) a ideia de que o Brasil recupera-se prontamente da Crise Econômica de 1929, antes mesmo dos países centrais. Esta recuperação rápida teria sido resultado sobretudo das políticas anticíclicas realizadas pelo governo Vargas. Quanto a isso, há uma aceitação bastante ampla na literatura. No entanto, há uma discussão também bastante ampla sobre a consciência do governo Vargas em meio a este processo. Até que ponto, havia ali de fato uma consciente política heterodoxa no sentido de desenvolver um processo industrializante previamente iniciado, ou apenas medidas bem elaboradas de defesa do café, que acabaram estimulando a industrialização como um subproduto?

A década de 30 não é fruto de todo este debate por acaso. Ali, segundo grandes autores da literatura socioeconômica brasileira, deu-se uma inflexão planejada da economia brasileira na direção do desenvolvimento. Sônia Draíbe (1985, p.82), diz que se marca naquela década a consolidação de Estado capitalista, centralizado e articulado em âmbito nacional, que organiza e regula o mercado interno nacional, e se torna um suporte ativo da acumulação industrial. Já Ricardo Bielschowsky (1988, p.250-256) vai entender que ali se dá a “fase de origem do ciclo ideológico desenvolvimentista”, que segundo o autor será caracterizado por alguns elementos basilares, tais como: desenvolvimento do setor industrial, centralização de recursos financeiros, intervenção governamental de forma planejada, e nacionalismo na condução econômica.

Em meio a esta discussão estará o *locus* do trabalho. Não tanto quanto às marcantes inflexões na dinâmica econômica da década de 30, principalmente na direção da indústria. Porém, o foco está especificamente na intencionalidade do governo Vargas na condução deste processo. Este trabalho não trará em definitivo nenhuma fonte ou conclusão realmente inovadora para a historiografia econômica em torno do tema. Contudo, adicionará uma outra perspectiva para adicionar ao debate: a estrutura de financiamento do crescimento industrial na década de 30, as novidades e modificações institucionais pelas quais esta estrutura passou, e a forma pela qual estes incrementos devem ou não ser interpretados como uma intencionalidade industrializante por parte do governo.

A ideia de institucionalidade com a qual se irá trabalhar parte de uma análise empreendida por Fonseca (2003). Nela, o autor conceitua, dentre outras coisas, que a política econômica consiste em mais do que simplesmente as políticas fiscal, monetária e cambial (as ditas, “políticas instrumentais”). A análise de política econômica também tem que levar em conta as instituições (tanto econômicas quanto jurídicas), e sua modificação estrutural ao longo do tempo. Segundo o

autor, nem sempre as políticas instrumentais são passíveis de evidenciar claramente a intenção de seus formuladores, ao contrário das instituições que são criadas ou alteradas, e estas sim podem clarificar muito mais os planos e projetos de seus executores. (Fonseca, 2003: p.133).

Vale destacar também que o conceito de instituição que será referência ao longo do artigo se assenta numa definição mais ampla, e de natureza mais histórica, na qual instituições são tomadas como estruturas, organizações, conjunto de leis, além de crenças, valores, costumes, padrões recorrentes de comportamento, e etc.<sup>2</sup> Portanto, são consideradas instituições, dentre outros: a moeda, as corporações e empresas, o sistema jurídico, os organismos internacionais, e o sistema financeiro, sendo este último objeto direto do estudo aqui iniciado.

Baseado nestas premissas, será analisada particularmente a institucionalidade do sistema financeiro para tentar depreender uma possível consciência explícita do governo Vargas no processo de industrialização da década de 1930. O que chamamos de sistema financeiro - e que será explorado de forma minuciosa ao longo deste trabalho - à época era composto basicamente por: Bancos comerciais privados; Caixas Econômicas; Mercado de capitais; Inspeção Geral dos Bancos; Banco do Brasil (BB); Superintendência da Moeda e do Crédito - SUMOC (a partir de 1945).

As ditas funções de autoridade monetária, que mais tarde passariam ao Banco Central, quando este fosse criado já na década de 60, eram acumuladas pelo Banco do Brasil, e depois passam a ser compartilhadas com a SUMOC, quando esta surge em meados de 1945. O Banco do Brasil passa a ter a partir dali apenas a função executiva, enquanto a função normativa passa a ser desempenhada pela Superintendência. Fato é que, mesmo com o advento da SUMOC, e mais ainda antes dela, o BB detinha uma importância sobrelevada na condução da política monetária no Brasil, além de ser o responsável pelas maiores carteiras de financiamento do país.

A principal destas carteiras, que inclusive é apontada como um preâmbulo de um Banco de Desenvolvimento, era a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil (CREAI). Esta carteira, a qual será vista particularmente ao longo do artigo, surge em 1936-1937, e é considerada a primeira instituição consolidada e bem articulada pelo governo num sentido de expandir a oferta direta de crédito para investimento produtivo, tanto no setor agrícola quanto no setor industrial. Será trazido à discussão bastante da atuação e desempenho da CREAI ao longo dos seus 15 anos de duração, buscando explicitar se ela pode ser considerada parte de um esforço consciente do governo no sentido de financiar o desenvolvimento industrial.

---

<sup>2</sup> Para uma discussão mais ampla sobre as várias definições de instituição, ver Conceição (2000, cap.2).

Para desenvolver da melhor forma o objetivo aqui proposto, o artigo contará com 4 seções além desta introdutória: primeiramente, um breve tópico evidenciando os dados do rápido desenvolvimento industrial do Brasil entre 1932 e 1938; uma segunda seção tratando diretamente do sistema financeiro nacional à época, as principais instituições geradas ou modificadas em seu âmbito no mesmo período; mais adiante, um quarto item para tratar sobre a percepção da intencionalidade do governo federal, a partir de todos os dados colhidos na seção 3; e por fim, um módulo de considerações finais, para dar fecho ao argumento.

## **2. O Desempenho industrial brasileiro a partir de 1933**

Antes de trazer na discussão central do artigo, é importante destrinchar o que se entende por “ótimo desenvolvimento industrial da década de 30”. A década de 1930 marca, nos termos de Celso Furtado (1959) a transição do eixo dinâmico da economia brasileira, do setor cafeeiro para o setor industrial. Pela primeira vez, como também ratificaria Tavares (1973), pode-se dizer que a expansão da indústria ocorrera independentemente de uma eventual crise no setor de agro exportação, trazendo as atividades voltadas ao mercado interno para o centro da geração de renda no Brasil<sup>3</sup>.

Antes de seguir, é importante destacar também que o processo de desenvolvimento industrial no Brasil não começa na década de 30, mas sim se expande, neste momento. Como ressalta Suzigan (1984): “o desenvolvimento de um setor industrial na economia brasileira desde meados do século XIX tem sido notável.” No entanto, como o próprio autor ressalta, até 1930 o crescimento industrial era moderado, com média de 3,5 a 5% anuais, mas com ciclos muito frequentes e acentuados, e alguns anos de crescimento real nulo ou até retração no setor.

A partir de 1930, até 1950, o crescimento da produção industrial real salta para uma média de 9% ao ano. Considerando apenas o período de 1933 à 1938, a variação anual na produção industrial foi de pouco mais de 12%. Em termos de volume fixo de produção industrial, de acordo com dados de Villela e Suzigan (1975, p.417), salta-se de aproximadamente 53.000 em 1933 para mais de 83.000 em 1938. Para efeito de comparação, no setor agrícola, o salto é de quase 91.000 para 99.700, considerando o mesmo período.

---

<sup>3</sup> Esse tipo de geração de renda é o que Furtado e Tavares irão chamar de “modelo de desenvolvimento para dentro”, ou, àquele que é puxado pelo, e voltado para, o mercado interno, e não mais para o mercado externo, como no caso do modelo anterior, essencialmente agroexportador.

Cumpra ressaltar que boa parte destes ótimos resultados industriais é atribuída por Celso Furtado (1959) – para além de um impacto não previsto no sistema derivado dos gastos com políticas de defesa do café – a dois outros fatores preponderantes: a existência de capacidade ociosa nas firmas brasileiras no início da década de 30, e, sobretudo a partir de 1933, a possibilidade de adquirir máquinas e equipamentos de segunda mão a preços bastante reduzidos, devido a onda internacional de falências decorridas da crise de 1929.

De todo o exposto, surge a percepção comum, e correta, de que este período marca um surto de desenvolvimento industrial de intensidade e robustez inédita na economia brasileira, e a tomada de espaço do setor indústria na dinâmica econômica nacional.

### **3. A estruturação e a atuação do sistema financeiro na década de 1930.**

A década de 30 marca uma evolução considerável no sistema de financiamento, sobretudo de longo prazo, na economia brasileira. Nas palavras de Santos Silva (2007), na década de 30 constitui-se no Brasil a primeira linha de intervenção pública “institucionalmente consolidada e ‘nacionalmente articulada’ de intervenção governamental na intermediação financeira orientada a oferta de crédito para custeio e investimento produtivo privado de longo prazo nos setores agrícola e industrial”.<sup>4</sup>

O que parece alterar-se neste caso, é tanto a inclusão do setor indústria dentro das prioridades do sistema de financiamento, e também o destaque para o setor agrícola como um todo, visto que até então, as políticas de incremento do sistema financeiro costumavam limitar-se ao setor cafeeiro, de forma exclusiva. Nos termos de Beskow (1994, p.154): “Tanto o Banco do Estado de São Paulo, como a carteira agrícola do Banco do Crédito Real de Minas Gerais, surgiram em função dos programas de defesa permanente do café, e só se destinavam a apoiar aquele produto, com a exclusão de todos os demais.”

Antes de tratar diretamente da CREA, e outras carteiras importantes, vale traçar um panorama geral do sistema financeiro do Brasil nos idos da década de 30. Como já citado, a composição deste sistema era basicamente feita pelos bancos comerciais privados<sup>5</sup>, as Caixas Econômicas, um

---

<sup>4</sup> Neste exato trecho, o autor tratava sobre especificamente sobre a CREA, um braço de financiamento do Banco do Brasil que será analisado de forma particular mais à frente. Fato é que, por contexto, este trecho da análise pode valer para todo o sistema de financiamento brasileiro, sem perda de sentido.

<sup>5</sup> Vale destacar que não serão tratadas as funções de financiamento por parte dos bancos privados comerciais, pois estas eram bastante limitadas. Segundo Freitas Filho (2006, p.2) isto acontece porque o capital bancário privado era “disperso, descentralizado e reduzido em recursos”.

ainda incipiente mercado de capitais, a Inspeção Geral dos Bancos<sup>6</sup>, e o principal ente de todo o sistema, o Banco do Brasil. As funções típicas de uma autoridade monetária, de emissão de moeda, planejamento e execução da política monetária e creditícia, ficavam centralizadas no Banco do Brasil.

Ainda antes de entrar nas instituições de crédito propriamente ditas, observemos a dinâmica da política monetária e creditícia como política instrumental, em seu comportamento no período de 1930 a 1939. Segundo análise de Silber (1977), estas políticas estiveram naquele período bastante afastadas de um cunho mais ortodoxo. Os meios de pagamento estiveram em constante expansão na série de dados analisada pelo autor – com exceção do ano de 1933. O valor do M1 no ano de 1939 era 200% maior do que o valor observado no início da década de 30. Segundo o autor, esta expansão estaria ligada a alguns fatores predominantemente: aumento do crédito produtivo concedido pelo Banco do Brasil, e as emissões monetárias, tanto para financiar as compras dos excedentes de café, quanto para equacionar os déficits públicos do início da década.

Em resumo, pode-se dizer que as políticas relacionadas à moeda e ao crédito tiveram trajetórias coerentes com o ciclo fortemente expansivo da economia na década, com intensa necessidade de expansão de gastos. Cabe ressaltar que outros autores, como Neuhaus (1977) fizeram análises que conduziam exatamente nesta mesma direção.

No princípio da década de 1930, havia por parte do empresariado brasileiro uma pressão muito grande pela consolidação de uma instituição financeira majoritariamente pública que fosse especializada na oferta de crédito, sobretudo orientada aos investimentos de longo prazo. Como aponta Diniz (1978: pp.134-137), muitas proposições eram feitas nesse sentido, sobretudo por parte de organismos privados como a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP, e conseguiam ressonância dentro das esferas públicas federais. Esta demanda e o debate que ela suscitava não se limitavam apenas ao âmbito privado. Um relatório próprio do Banco do Brasil, relativo ao exercício de 1936, reconhecia por si mesmo, a incapacidade do banco, até então, funcionar como um financiador da atividade econômica nacional, e julgando “justas”, as reclamações dos investidores:

O que o Banco do Brasil tem vindo fazendo, dentro das possibilidades de sua organização atual, em amparo das atividades econômicas do país, não seria, evidentemente, bastante, para fazer cessar os reclamos prementes das classes produtoras, que de velha data aspiram instituição do crédito especializado indispensável à tranquilidade e ao maior desenvolvimento de suas iniciativas. [...] (Banco do Brasil, apud Beskow, 1994:p.188)

---

<sup>6</sup> A IGB era uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda, criada na década de 1920, que é considerada a precursora da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC), criada em 1945

O próprio governo Vargas, ao menos retoricamente, parecia ter consciência de que um bom sistema de crédito era um passo necessário para o desenvolvimento. Em discurso proferido ainda pouco antes da consolidação da Revolução de 30, Vargas disse, tratando nominalmente do Banco do Brasil, que para ele deveria se tornar “um líder de todo o sistema bancário, no sentido do contínuo engrandecimento do país”. E que isto só seria possível, “mediante a criação de carteiras especiais para o comércio, a agricultura, para as indústrias, etc. (VARGAS, 1930:p.55 apud Bastos, 2007).

Cumprir observar que o setor industrial tem um destaque nominal na fala de Getúlio. Porém, a eventual consciência industrializante que derivaria disso só será explorada um pouco mais adiante no artigo. Com toda a ressalva e pragmatismo que a análise dos discursos oficiais exige, não há como negar que este - ao menos no que tange ao trecho específico acima – converteu-se em ações práticas, com a criação de algumas carteiras dentro do Banco do Brasil, que teriam justamente esta prerrogativa.

Antes de abordar as carteiras de crédito em si, cabe aqui um destaque do que configurava o principal ente do nosso sistema financeiro à época, o Banco do Brasil. Como já citado, o banco cumpria as principais funções inerentes a um “banco central”, tipo de instituição que o Brasil não possuía àquela altura, e que teria apenas em 1964. Nos termos de Da Costa (2012), o Banco do Brasil cumprira, ao longo da década de 30, papel de uma “semiautoridade monetária”. Isto porque era responsável por funções típicas de qualquer autoridade monetária, como o papel de emprestador de última instância, regulador do mercado cambial, domínio do mercado de redesconto, além da principal delas, que era funcionar como o banco do governo federal. Entretanto, nunca cumprira a função de banco fiscalizador, nunca fora um supervisor ou um regulador do sistema financeiro nacional propriamente dito. A já citada Inspeção Geral dos Bancos, a SUMOC, e posteriormente o próprio Banco Central, sempre tiveram pra si esta função específica (Da Costa, 2010, p.15).

Após estes breves adendos sobre a estruturação do sistema financeiro brasileiro nos idos de 1930, e sobre a política monetária e creditícia da época, já é tempo de voltar-se para a atuação mais direta das carteiras de crédito criadas no âmbito do Banco do Brasil para fomentar a atividade agrícola e industrial no país.

A primeira carteira que merece destaque surge ainda nos fins de 1930, que é Carteira de Redesconto do Banco do Brasil (CRBB, ou CARED para alguns autores)<sup>7</sup>, que reestabelece ao banco a função de prestador de última instância. A carteira não tem uma função creditícia direta no sentido de fomento da atividade produtiva, mas cumpre papel importante ao devolver ao Banco do Brasil a função de prestador último do sistema financeiro, pois assim permitia que as demais instituições de crédito reduzissem as suas margens de segurança, ou seu percentual de encaixes bancários.

A CRBB realizava suas operações com recursos que eram requisitados pelo Banco do Brasil junto ao Tesouro Nacional, mas possuía caixa e contabilidade própria. O Tesouro, por sua vez, possuía permissão para realizar novas emissões monetárias, a fim de cobrir estes empréstimos, desde que observados os 25% de limite do montante de reservas em ouro. Não obstante, o aprofundamento da atuação da CRBB ao longo da década de 30 leva a uma maior emissão de meio circulante, corroborando com o quadro de expansão do M1, que já foi citado anteriormente.

Em última instância, segundo Santos Silva (2007, p.7), a CRBB (ou CARED), “representou um instrumento de política monetária mediante o qual o governo, por intermédio do Banco do Brasil, passou a dispor de mais uma via para exercer influência direta na oferta de crédito”.

Uma segunda carteira que merece uma atenção especial é a Caixa de Mobilização Bancária (CAMOB), criada em junho de 1932. A caixa era um mecanismo institucional de aperfeiçoamento e sustentação do sistema financeiro, que, segundo Da Costa (2012, p.50), “operava para solucionar o retraimento do crédito; assegurava aos bancos condições de mobilidade de seus ativos e lhes permitia fazer face aos compromissos, e às necessidades gerais da economia”.

Trazendo esta definição para termos mais práticos, a ideia do governo com a CAMOB era facilitar a intermediação financeira e a concessão de créditos pelos bancos comerciais, sobretudo aqueles voltados para o desenvolvimento econômico. Como descrito em Freitas Filho (2006, p.4), a persecução destes objetivos se configuraria em três ações práticas no âmbito da caixa de mobilização: a compulsoriedade da manutenção de um percentual de encaixes sobre depósitos – 10% para depósitos a prazo e 15% para depósitos à vista; o recolhimento obrigatório, junto ao Banco do Brasil, do numerário disponível, quando este ultrapassasse em 20% a soma total de depósitos; os recursos advindos das duas primeiras medidas seria destinado a criação de uma

---

<sup>7</sup> Vale lembrar que o Banco do Brasil possuía uma carteira de descontos anterior, que havia sido extinta em 1925. A nova carteira, reinstituída em 1930, também era uma carteira de desconto, mas possuía algumas diferenças em relação ao modelo anterior. Para mais detalhes, ver DA COSTA (2012).



espécie de “fundo financeiro”, remunerado à taxa de 15% a.a., que teria a prerrogativa de ser uma “assistência à liquidez” para os bancos comerciais.

De forma geral, tanto por trás dos instrumentos da CRBB, quanto da CAMOB, havia um objetivo muito claro: que os bancos pudessem ter assegurados os cumprimentos de suas obrigações perante os depositantes, para garantir um sistema bancário cada vez mais consolidado e estável, e logo, capaz de realizar operações de crédito com mais robustez. Isto seria positivo, sobretudo, para a disseminação daquele tipo de crédito mais caro ao financiamento do desenvolvimento econômico, o de longo prazo, justamente aquele que o governo Vargas mais buscava estimular.

Para finalizar esta seção, tratemos da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), que se configurou como a principal carteira de crédito no âmbito do Banco do Brasil, e é tida por parte da literatura como uma precursora direta do BNDE, criado em 1952<sup>8</sup>. A CREAI teve sua criação oficial datada de 14 de novembro de 1936, mas, por motivos de burocracia e aprovação, só é consolidada a partir de meados de 1937, e funciona até 1952. De acordo com Araújo (2007b, p.91), a criação da CREAI era uma espécie de “resposta do governo brasileiro a uma demanda por crédito dos diferentes segmentos da atividade econômica em uma economia em expansão, nos marcos do processo de substituição de importações que caracterizou a fase inicial do desenvolvimento industrial brasileiro a partir dos anos 30.”

Como o próprio nome já prediz, o objetivo central do instrumento era dar assistência de crédito à atividade agrícola e a atividade industrial no Brasil. Segundo Beskow (1994):

A CREAI pode ser considerada a primeira agência de política agrícola do país voltada para o conjunto de sua agricultura e com abrangência nacional, baseada no crédito público especializado, tecnicamente organizado, voltado para as várias etapas do processo de produção agropecuária e dotado de fontes de recursos próprios para as suas atividades de financiamento. Não por acaso, no mesmo ano em que foi criada a Carteira, a diretoria do Banco estabeleceu as bases para o financiamento da entressafra do café, do açúcar, do arroz e do algodão, e passou a estudar as condições para a inclusão da pecuária e da citricultura nas suas linhas de crédito.

Alguns pontos desta definição merecem uma atenção mais detida. Primeiramente, a ratificação da situação que está descrita na seção introdutória: a CREAI representa uma quebra de paradigma, a partir de uma reclamação intensa dos demais setores agrícolas, frente aos cuidados exclusivos em termos de crédito, que eram dados ao café. Não por acaso, o autor fala em “conjunto

---

<sup>8</sup> Beskow (1994) é um dos autores que corroboram com esta linha de pensamento.

de sua agricultura”, e no fim cita nominalmente alguns produtos, além do café, que passam a ter cuidado especial do Banco do Brasil.

Um outro ponto que merece destaque é que, ao contrário do que pode sugerir o nome da carteira, a CREAM depositava seu foco sobre atividades produtivas voltadas para o conjunto da agropecuária, e não as atividades da produção nacional como um todo. Ou seja, o instrumento creditício não parecia voltar-se, a princípio, para o setor industrial de forma horizontal, e sim, ser focalizado na agroindústria, ou, aqueles ramos industriais que guardassem algum tipo de relação com a cadeia produtiva agrícola.

Um forte indício deste mote é a definição dos destinos específicos de créditos via CREAM, nominalmente apontada no Relatório Anual do Banco do Brasil de 1836: a) Aquisição de gado destinado à criação e incremento de rebanhos; b) Custeio de entressafra; c) Compra de máquinas agrícolas e reprodutores; d) Aquisição de meios de produção, sementes, adubos e matérias-primas para fins industriais; e) Aperfeiçoamento ou manutenção de maquinaria.

Cabe destacar ainda que, no regulamento inicial da carteira, encontravam-se proibidos os empréstimos para aquisição de propriedades rurais e também para instalação de nova aparelhagem industrial. Pode-se observar ainda que, como bem salientado por Da Costa (2012, p. 53), a CREAM mostrou-se bastante “tímida” na concessão de empréstimos num primeiro momento, talvez por uma falta de recursos, atendendo inicialmente ao crédito de custeio, para depois, gradualmente, começar a conceder financiamentos de prazo mais longo.

Na prática, sobretudo a partir de 1939-40, a Carteira acabou se desenrolando como um financiador importante da crescente indústria nacional, no âmbito do seu acelerado processo de substituição de importações, apesar da maior parte dos recursos ter sido realmente destinada diretamente ao setor agropecuário. A partir de 1939, a CREAM foi se “rendendo” aos investimentos industriais, e melhorando a concessão e as condições de empréstimos exclusivamente para este fim.

Duas medidas são bem emblemáticas na caracterização deste processo: em 1939, após enorme pressão dos investidores industriais, é retirada a restrição citada anteriormente, que proibia a concessão de empréstimos no âmbito da CREAM para aquisição de novas máquinas e equipamentos industriais (Decreto-Lei nº 1.271/1939); em 1942, o governo permitiu que os prazos máximos dos contratos de empréstimos firmados com o setor industrial foram ampliados para dez anos – ao contrário dos quatro anos permitidos até então. Em alguns casos específicos, este prazo foi esticado para até doze anos.

Este processo acabou fazendo com que grandes investimentos industriais da época tivessem financiamento direto da CREA em sua execução. Pode-se apontar como exemplo a Companhia Brasileira de Alumínio, instalada em Ouro Preto (MG), e a Indústria Klabin do Paraná de Celulose S.A., instalada em Monte Alegre (PR). Os setores de alumínio e papel e celulose foram dois dos que mais receberam recursos da carteira de crédito, por serem considerados de grande significância para a economia nacional, tanto econômica quanto estratégica.

Para finalizar esta segunda sessão, vejamos uma tabela que ratifica este processo de “ganho de importância” do setor industrial frente ao rural dentro da estrutura de empréstimos da CREA:

**Tabela 1: CREA – Empréstimos rurais e industriais (em milhões de cruzeiros)**

| <i>Operações</i> | <i>1938-39</i> | <i>%</i> | <i>1941-1942</i> | <i>%</i> | <i>1947-1948</i> | <i>%</i> | <i>1950-51</i> | <i>%</i> |
|------------------|----------------|----------|------------------|----------|------------------|----------|----------------|----------|
| Rurais           | 724.500        | 84,80%   | 3.483.000        | 84,90%   | 6.147.300        | 81,30%   | 16.941.300     | 69,20%   |
| Industriais      | 130.000        | 15,21%   | 619.000          | 15,09%   | 1.415.500        | 18,72%   | 7.547.500      | 30,82%   |
| Totais           | 854.500        | 100%     | 4.102.000        | 100%     | 7.562.800        | 100%     | 24.488.800     | 100%     |

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Relatório Anual do Banco do Brasil, vários anos.

Vale observar que a participação de todo o setor industrial nos financiamentos concedidos no âmbito da CREA, salta de pouco mais de 15% em 1939, para quase 31% em 1951. Este movimento denota um incremento de importância deste setor de atividade na atuação da carteira de crédito ao longo da sua duração, que ocorre justamente entre 1937 e 1952.

#### **4. A retórica e a ação: a institucionalidade das modificações no sistema de crédito**

Tendo exposto as partes fundamentais da estrutura de financiamento do Brasil na década de 30, partamos agora para a questão mais direta que move este artigo: a partir da institucionalidade das criações e modificações no sistema de financiamento, é possível detectar uma consciência industrializante por parte do governo Vargas?

Antes de entrar propriamente na questão acima, vale citar o princípio da controvérsia em torno da intencionalidade do governo varguista no crescimento industrial, que começa com Celso Furtado, em *Formação Econômica do Brasil*(1959). Nos capítulos finais de sua obra seminal, Furtado aborda a crise da economia cafeeira e consagra o famoso termo “deslocamento do centro dinâmico” do café para a indústria. Quanto a isso não há grandes questionamentos, mas alguns

pontos da interpretação furtadiana acabam gerando pesquisas e debates até os dias atuais. Como exemplo: a eventual subestimação do crescimento industrial pré-1930, a teoria dos “choques adversos”, a possível confusão de Furtado entre crescimento industrial e crescimento da produção, e a questão do financiamento das políticas anticíclicas, que teria sido via emissão monetária, para Furtado, e via tributação, para parte da literatura.

É importante nos atermos um pouco mais ao que se trata o conjunto de políticas anticíclicas adotadas pelo governo Vargas. Como observa Bastos (2008), até àquele momento, o modo como era conduzida a economia nos momentos mais críticos, era pautado pelo pensamento mais ortodoxo, ou liberal, inteiramente dominante até 1930. O autor ainda salienta que a superação desse *modus operandi* por parte do governo Vargas foi “tensa e hesitante”, porém é inegável que houve uma incorporação de aspectos heterodoxos no enfrentamento da crise externa<sup>9</sup>. Cabe frisar que o nível de incorporação destes elementos mais heterodoxos na condução da política econômica varguista, varia na interpretação de cada autor. Peláez (1971) por exemplo, na sua célebre crítica a obra seminal de Furtado, alega que o apego à ortodoxia econômica foi ainda bastante intenso por parte do governo Vargas, ao menos até 1935.

Na prática, segundo a interpretação do próprio Celso Furtado (1959), observa-se aqui na década de 1930, um “keynesianismo antes de Keynes”. As medidas anticíclicas aqui adotadas, na visão do autor – corroborada por diversos autores posteriormente – se assemelhavam bastante ao receituário de combate à crises que pouco mais tarde seria consagrado na Teoria Geral de Keynes. O autor ilustra esta percepção principalmente através do programa de defesa e valorização do café, que através da compra de excedentes, financiadas com expansão do crédito interno, “representava uma criação de renda que se adicionava à renda criada pelos gastos dos consumidores e dos inversionistas”. (Furtado, 1959: p.194).

As políticas anticíclicas de caráter mais heterodoxo então, estão presentes tanto no setor creditício, quanto na política monetária – como já destrinchamos – cambial, e fiscal, embora com mais timidez nesta última. Porém, a controvérsia que compete diretamente a este artigo diz respeito a uma interpretação particular de Furtado - ratificada por alguns autores posteriormente, e intensamente questionada por outros - segundo a qual, o processo de industrialização acelerado na década de 30, teria ocorrido como um subproduto dos programas de valorização do café.

---

<sup>9</sup> Vale destacar que Bastos (2008) não atribui essa mudança na forma de resposta à crise a alguma diferença na percepção econômica do governo Vargas, mas sim a dois fatores conjunturais: a intensidade da crise de 1929 e o conjunto de novas demandas impostas pelo processo revolucionário de 1930.

Ou seja, Celso Furtado interpreta que o crescimento industrial da década de 30 não teria ocorrido a partir de uma intenção consciente do governo Vargas, e sim como um produto não deliberado da defesa do setor cafeeiro. Segundo o autor, isto seria explicado por três fatores cruciais: as exigências pragmáticas da crise no setor café, e suas profundas consequências no balanço de pagamentos e na arrecadação tributária; a importância política do setor da cafeicultura; e uma questão de ordem privada, que seria dos investidores domésticos passando a investir na produção voltada ao mercado interno, atraídos por maiores perspectivas de lucros.

É justo ainda colocar duas observações: primeiramente, não se pode esquecer que, *Formação Econômica*, apesar de seus grandes avanços analíticos, era uma obra inaugural do pensamento furtadiano, e portanto, o pensamento do autor ainda sofreria grandes evolução ao longo do tempo<sup>10</sup>. E, principalmente, cumpre observar que numa leitura mais detida dos capítulos finais da obra, observa-se que Furtado está afirmando a “não-intencionalidade” a respeito dos primeiros anos da década de 30, mais precisamente até 1935. Nada leva-nos a crer que o autor acredita na manutenção da industrialização como um subproduto nos anos finais da década e muito menos ao longo da década de 40.

#### **4.1 O discurso varguista sobre o sistema de financiamento.**

Para tentar contribuir diretamente para o debate em torno da consciência industrializante do Estado varguista, vejamos alguns discursos e anúncios do então presidente e sua equipe econômica, sempre naquilo que guarda relação com o tema central deste trabalho: o sistema de crédito e financiamento na década de 1930.

É inteiramente válida a percepção de que os discursos, sobretudo presidenciais, não são fonte inquestionável de informações, pois muitas vezes são carregados de muito ufanismo e pouco conteúdo. Como alerta Bastos (2001, p.69): “é importante saber as razões da divergência, ou não, entre convicção íntima, discurso público, intenção prática e implementação efetiva”. Porém, ao mesmo tempo, como nos lembra Dutra Fonseca (1989, p.21), “o discurso é uma manifestação da ideologia”. Então, se são também um manifesto ideológico, as falas e anúncios podem ser um indicativo importante, ao menos da intenção retórica do então governo Vargas, principalmente quando confrontado e comparado com as ações práticas, que já foram descritas na seção anterior.

---

<sup>10</sup> Ainda assim, vale destacar que o grosso da teoria da “inconsciência” varguista no processo de industrialização, permaneceria presente em Furtado, em outros textos posteriores. Em três artigos da década de 1960 (1961, 1964 e 1969), o autor corrobora, com diferentes termos, a mesma ideia, de que a consciência estatal frente ao processo de industrialização só viria a partir da década de 40, visto que antes dali, as ações eram todas na intenção de manter a rentabilidade e emprego do setor café.

Logo em 1930, pouco antes da consolidação da Revolução de 30, Getúlio Vargas trata em parte de seu discurso, especificamente da política financeira e de crédito, da seguinte forma:

Só a prática, aliás, fornece a prova decisiva da eficiência de quaisquer planos e sistemas, ainda os de mais sólida e perfeita arquitetura. Por isso mesmo, quando opino, em princípio, pela manutenção e consolidação da política financeira em vigor, não excludo, é claro, a possibilidade de se lhe introduzirem as modificações e melhoramentos que a experiência aconselhar. Nenhuma política financeira poderá vingar sem a coexistência paralela da política do desenvolvimento econômico... O problema econômico pode-se resumir numa palavra – produzir, produzir muito e produzir barato, o maior número aconselhável de artigos, para abastecer os mercados internos e exportar o excedente das nossas necessidades (Vargas, 1930, apud Bastos, 2007).

Alguns detalhes desta fala, ainda carregada de forte influência positivista sobre Vargas até então, merecem uma observação mais detida. Primeiramente, cumpre observar o pragmatismo, ou parcimônia de Vargas, em relação a política financeira adotada até 1930. Getúlio fala, nominalmente em “manutenção e consolidação da política em vigor”. Como é sabido, e já foi exposto neste trabalho, a política financeira e creditícia de até então, era muito questionada, sobretudo pelos investidores industriais, e até mesmo por aqueles investidores agrícolas de setores além do café. Quando o novo presidente discursa falando em manutenção, quebra-se a expectativa de algo mais “revolucionário”, ou progressista, ao menos no que toca ao financiamento das atividades produtivas não-café.

O segundo ponto, este um pouco mais positivo para as expectativas dos investidores que demandavam um crédito mais amplo e acessível, é quando Vargas afirma categoricamente que qualquer política financeira deveria ser acompanhada de “políticas de desenvolvimento econômico”. E ele ainda completa, de forma mais enfática, dizendo que o “problema econômico” do Brasil poderia ser resumido em: “produzir, produzir muito e barato, o maior número de artigos para abastecer o mercado interno e exportar o excedente.” Está implícita aí, claramente, uma preocupação natural com o setor exportador. Porém, de forma muito mais explícita, Vargas trata da produção voltada para o mercado interno. No entanto, em qualquer momento Getúlio fala diretamente em indústria, de forma propriamente dita, apesar de dar a entender que trata do setor industrial, e mostrar a intenção de fomentá-lo.

Corroborando com essa linha de pensamento, logo nos primeiros anos de governo, Vargas toma algumas medidas no sentido de fomento do crédito, primeiramente privado, e mais para a segunda metade da década, também do crédito público, via Banco do Brasil.

Dentro deste mesmo mote - em discurso já citado, em parte, acima - Vargas diz ainda na campanha para as eleições de 1930, que acreditava na necessidade de uma ampla reforma institucional no Banco do Brasil, para que este se tornasse:

(...) um propulsor do desenvolvimento geral, auxiliando, nesse caráter, a agricultura, amparando o comércio, fazendo redescontos, liderando, em suma, todo o sistema bancário, no sentido do contínuo engrandecimento do país. Atingir-se-á esse objetivo mediante a criação de carteiras especiais para o comércio, para a agricultura, para as indústrias etc. Além do café, outros produtos estão a reclamar produção e defesa. Entendo que o problema só terá solução quando for criada no Banco do Brasil uma carteira agrícola. Esta deverá atender às necessidades do produtor, isto é, facilitar-lhe os recursos necessários tanto para o desenvolvimento da produção quanto para o aperfeiçoamento da produção. (Vargas, 1930: p.55, apud Bastos, 2007)

Dois pontos são de fundamental entendimento neste trecho. Primeiramente, a plena consciência de Vargas quanto aos reclames creditícios dos demais setores que não o café, aí incluídos os setores industriais, e também os demais setores agrícolas. Algumas ações práticas do governo Vargas, ao longo das décadas de 30 e 40, muitas delas já explorados anteriormente no artigo, coadunam justamente com essa percepção: espraiamento do crédito para os demais setores da agricultura além do café, e também para a indústria. A CREA, cuja atuação foi destacada na última seção, é criada em 1936 e configura o “estopim” deste movimento.

O outro ponto que merece destaque na fala anterior de Getúlio é a citação nominal do setor industrial. Quando o então candidato à presidência fala no Banco do Brasil como um “propulsor do desenvolvimento geral”, já dá a entender que está englobando os demais setores além da agro exportação. Porém, algumas linhas abaixo, ele cita particularmente quais seriam estes setores, para os quais deveriam ser criadas carteiras especiais de crédito, e a indústria está lá especificada, juntamente com o comércio e a agricultura. Entretanto, apesar de citado, o setor industrial está entremeado no meio do discurso, juntamente com os demais setores importantes, sem que pareça haver uma preocupação direta, ou uma atenção mais específica a este setor, mesmo na retórica oficial.

Como já foi mostrado, não houve a criação de uma carteira específica para o setor industrial, mas este foi incluído na atuação da CREA, e teve boa disponibilidade de crédito para si no âmbito da carteira, sobretudo a partir de 1939. E é justamente mais para o fim da década, particularmente a partir de 1937, que se concentram os discursos mais inflamados de Vargas no sentido de enfatizar a indústria e o comércio interno como agentes do desenvolvimento nacional. Há de se perceber que de fato existe um salto de tempo significativo entre os discursos expostos até agora e os próximos. O fato é que esta agenda esteve um pouco ausente das falas oficiais ao longo dos primeiros anos de governo, os quais eram muito dedicados às questões políticas, até a Constituição de 1934, e às questões do setor externo, sobretudo a partir de 1935.

Este hiato no discurso oficial não nos parece fortuito, tampouco descolado da realidade das ações do governo. Denota que, as criações e modificações institucionais entre 1930-37, tanto no setor financeiro quanto nos demais, em favor da reorientação e diversificação produtiva, não dizem respeito particularmente ao setor industrial. Isto só começa a acontecer de fato, a partir de 1938, quando vêm a CREA, a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, a Consolidação das Leis Trabalhistas, o Conselho Técnico de Economia e Finanças, e diversas outras instituições que claramente visam amparar o setor da indústria. Observa-se que os discursos de Vargas, então ditador do Estado Novo, corroboram com esta visão, ao parecerem agora muito mais diretos na defesa da industrialização.

É fato verificado a transformação que se vem operando na economia do país no sentido de maior diversificação da produção, tanto agrícola como industrial, e do aumento da capacidade de absorção dos mercados internos. A administração não pode permanecer alheia a tão significativo e fecundo movimento, denunciador da vitalidade de nossas energias de povo jovem e capaz, emparedando-se nos velhos processos fiscais e de controle financeiro. Precisa acompanhar, adaptar-se aos novos aspectos das atividades produtoras, concorrer e não entrar a sua expansão” (Vargas, 1995: vol. V, pp. 169-170).

Neste trecho de seus registros pessoais de 1937, além de falar nominalmente do setor industrial como transformador da economia do país, juntamente com o agrícola, Vargas diz de forma bem incisiva que sua administração não pode ficar alheia aos “novos aspectos das atividades produtoras”. Por estes ‘novos aspectos’, tal qual entende-se em relação ao “surto de novos negócios” do fim do século XIX, pode entender estar tratando-se dos movimentos industriais, visto que logo em seguida ele fala do “aumento da capacidade de absorção dos mercados internos”. Getúlio fala ainda da necessidade de desemparedar-se dos “velhos processos fiscais e de controle financeiro” para não “entravar a sua expansão”. Pode-se depreender sem maiores questões, que o então ditador está tratando de aumentos de gastos e investimentos públicos e maior disponibilidade de recurso e crédito para o setor industrial. Ainda que neste ponto o setor industrial não seja citado diretamente, a fala por inteiro parece voltada para tal, e pode ser interpretada como um discurso mais direto pró-indústria.

Em resumo, analisando apenas a parte retórica, vemos que a indústria nunca esteve num patamar de destaque dos discursos oficiais, fato que começa a se alterar, ainda que sem grande entusiasmo, a partir de 1937. Isto casa bem diretamente com a ação prática, visto que é justamente a partir daí, com o advento da CREA, que o financiamento para o setor industrial ganha uma preponderância mais efetiva por parte do setor público.



## 5. Considerações finais.

Em um grande exercício da “sinceridade acadêmica”, deve-se confessar que no início da pesquisa havia a intenção de provar, via setor creditício, a intencionalidade do primeiro governo de Getúlio Vargas no processo de industrialização. Contudo, com o desenvolvimento da pesquisa, e até mesmo a análise da retórica oficial por parte do então presidente, foi visto que esta consciência industrializante não se verificava nos fatos, ao menos no que toca particularmente ao setor de financiamento da produção doméstica. Isto porque, não houve, até a CREA - que se torna um financiador contumaz do setor industrial apenas em 1939-1940 - qualquer medida mais direta do governo para criar uma estrutura de financiamento voltada especificamente para a indústria. Tampouco os característicos discursos mais inflamados de Vargas possuíam qualquer menção direta ou exclusiva ao setor industrial. A “indústria” até surge em algumas poucas falas, mas sempre em meio a vários outros setores, e nunca galgada a uma posição de destaque particular na retórica.

Estes fatos observados não garantem que a intencionalidade inexistia, no âmbito do setor financeiro, mas são indicativos de que a indústria não se mostrava um setor prioritário nos primeiros anos da década de 30, ao menos no que toca à questão do crédito público. A CRBB e a CAMOB, instituições criadas neste período, e que realmente tiveram a função de garantir a solvência dos bancos comerciais - com isso propiciando a liberação de mais recursos para financiamentos - não tiveram por parte do governo qualquer indicação e muito menos compulsoriedade de se aplicar estes recursos para empréstimos ao setor industrial. E muitos deles acabaram, na prática, se convertendo em financiamentos para agricultura, ou principalmente para os setores de comércio e serviços.

Corroborando com esta percepção, vale observar que a demanda por um crédito público direcionado ao setor industrial seguiu forte por parte de organizações empresariais nos primeiros anos da década de 1940. Há um registro levantado por Diniz (1978, pp.138-140) de que diagnósticos dessa natureza estavam presentes em vários documentos técnicos elaborados tanto por órgãos de governo (como o do Conselho Federal de Comércio Exterior, em 1941 e o do Departamento de Administração e Serviço Público, em 1942, quanto por organizações privadas, como no caso do 1º Congresso Brasileiro de Economia, em 1943, e do 1º Congresso Brasileiro da Indústria, em 1944.

Longe deste trabalho concluir definitivamente que não houve a intencionalidade industrializante por parte do governo Vargas na década de 30, até porque seria leviano tirar tal conclusão tendo sido analisado apenas um setor da política econômica, o de financiamento

produtivo. O que nos parece claro, por toda análise empreendida, é que, ao menos no que compete às políticas de crédito e financiamento público, não houve um direcionamento específico para o setor industrial, pelo menos até a intensificação da CREA, a partir de 1939. Houve sim, incrementos consideráveis no crédito, via CRBB e CAMOB, expansão da base monetária, e alguns discursos oficiais nos quais a indústria estava citada em meio aos mais diversos setores. Porém, uma política de crédito ou financiamento de mais longo prazo, tampouco uma carteira de crédito especializada no fomento industrial, ou até mesmo a presença de uma retórica oficial, em que se colocasse a indústria como elemento central, não foi observado.

## 6. Referências Bibliográficas

ABREU, M. P. Crise, Crescimento e Modernização Autoritária: 1930-1945. In: ABREU, M. P. (Org.). *A Ordem do Progresso. Cem anos de política econômica republicana 1889-1989*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ARAÚJO, V. L. A Criação do BNDE a controvérsia Lafer-Jafet. In: **Congresso Brasileiro de História Econômica**, 7. 8º Conferência Internacional de História de Empresas, 8. 2007, Aracaju. *Anais...* Aracaju, 2007 a.

\_\_\_\_\_. *Revisitando o desenvolvimentismo brasileiro: O BNDE e o financiamento de longo prazo – 1952/1964*. 2007. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007 b.

BANCO DO BRASIL. *História do Banco do Brasil*. Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil. - 2. ed. Belo Horizonte: Del Rey, Fazenda; Comunicação & Marketing, 2010

BANCO DO BRASIL. **Relatório Anual**. Rio de Janeiro, vários anos.

BASTOS, P. P. Z A dependência em progresso: fragilidade financeira, vulnerabilidade comercial e crises cambiais no Brasil (1890-1954). Campinas: IE/ Unicamp (Dissertação de Doutorado), 2001.

\_\_\_\_\_. Ortodoxia e heterodoxia antes e durante a Era Vargas: contribuições para uma economia política da gestão macroeconômica dos anos 1930. **Economia, Anpec (Selecta)**, v. 9, n. 4, 2008.

\_\_\_\_\_. “Estratégia de desenvolvimento e política econômica na era Vargas: quando a ortodoxia foi abandonada?”, mimeo, 2007.

BESKOW, P. R. et al. O crédito rural público numa economia em transformação: estudo histórico e avaliação econômica das atividades de financiamento agropecuário da CREA/BB, de 1937 a 1965. 1994.

BIELSCHOWSKY, R. (1988) **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

DA COSTA, F. N.; DE DEOS, S. S. Reflexões sobre o financiamento na economia brasileira. **Análise Econômica**, v. 20, n. 38, 2002.

DA COSTA, F. N. **Brasil dos Bancos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo-Edusp, 2012.

\_\_\_\_\_. **Banco do Brasil: 200 anos – 1964-2008**. Diretoria de Marketing e Comunicação do Banco do Brasil. – Livro 2. -- Belo Horizonte: Del Rey, Fazenda Comunicação & Marketing, 2010.

DINIZ, E. **Empresariado, Estado e Capitalismo no Brasil: 1930-1945**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

DRAIBE, S. Rumos e metamorfoses. **Estado e industrialização no Brasil (1930/1960)**. [Rio de Janeiro]: Paz e Terra, 1985.

DUTRA, L.D. CREAMI (1937-1952), O nascimento do fomento de longo prazo da estrutura produtiva brasileira, in **Revista Panorama das Contas Públicas**, v.1, p.47-46, Salvador,2009.

DUTRA FONSECA, P. C. Sobre a intencionalidade da política industrializante do Brasil na década de 1930. **Revista de economia política (São Paulo)**. Vol. 23, n. 1 (89)(jan./mar. 2003), p. 133-148, 2003.

\_\_\_\_\_. **Vargas: Capitalismo em Construção – 1906-1954**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FREITAS FILHO, A.P. (coord.) **Estado, indústria e padrões de financiamento na história da economia brasileira do século XX: a CREAMI, a SUMOC e as indústrias automobilística e petrolífera**. IE/UFRJ. Rio de Janeiro, 2006.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959.

JUNIOR, M. A.; MATTOS, F. A.M. A. Política Econômica Nos Anos 1930: Evidências De Uma Heterodoxia Consciente. **Análise Econômica**, v. 33, n. 64, 2014.

MALAN, P. S. (1980). **Política econômica externa e industrialização no Brasil, 1939/52 (Nº. 36)**. IPEA/INPES.

MESQUITA, L.G. O processo de tomada de consciência do Estado à respeito da dinâmica industrial na década de 30. Trabalho apresentado no XXI Congresso da Sociedade de Economia Política. São Bernardo do Campo, 2016.

NEUHAUS, P. História Monetária do Brasil 1900-1945. IBMEC: Rio de Janeiro, 1977.

SANTOS SILVA, M. Política de mobilização de capitais para investimento privado: regulação bancária, e funding, operacionalização e desempenho da CREAMI (1932-1945). **Revista da Economia. Selecta**, 8(4), 123-148, 2007.

SILBER, S. Análise da política econômica e do comportamento da economia brasileira durante o período 1929-1939. In: VERSIANI, F.; BARROS, J.R. (Org.) **Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização**. São Paulo: Saraiva, 1977.

SPOLODOR, H. F. S.; MELHO, F. H. O mercado de crédito e a experiência brasileira de financiamento da agricultura. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 41, n. 3, p. 9-28, 2003

SUZIGAN, W. Notas sobre o desenvolvimento industrial e política econômica no Brasil na década de 30. **Revista de economia política**, v. 4, n. 1, p. 132-143, 1984.

TAVARES, M.C. **Da substituição de importações ao capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira**. Zahar Editores, 1973.

VARGAS, G. **Diário. Vol 1 (1930-1936)**. São Paulo: Siciliano, Rio de Janeiro: FGV, 1995.

\_\_\_\_\_. **Diário. Vol 2 (1937-1942)**. São Paulo Siciliano, Rio de Janeiro: FGV, 1995.

\_\_\_\_\_. Plataforma da Aliança Liberal. In: **O pensamento político de Getúlio Vargas**. Porto Alegre: ALERG e IHGRG, 2004.

VERSIANI, F.; SUZIGAN, W. O processo brasileiro de industrialização: uma visão geral. In: **Congresso Internacional de História Econômica**. 1990.

VIDOTTO, C. A. Dimensão pública e privada de uma estatal financeira: o Banco do Brasil no auge e declínio cíclicos. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, n. 1, p. 159-187, 1997.

VILLELA, A. V. & SUZIGAN, W. **Política governo crescimento da economia brasileira: 1889-1945**. 2a ed. Rio de Janeiro: IPEA: série monográfica, 1975.